



**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PRESIDÊNCIA
DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16

Uniformiza a interpretação da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, com relação a agravo de instrumento.

I - O Agravo de Instrumento se rege, na Justiça do Trabalho, pelo art. 897, alínea **b**, §§ 2º, 4º, 5º, 6º e 7º, da Consolidação das Leis do Trabalho, pelos demais dispositivos do direito processual do trabalho e, no que omissivo, pelo direito processual comum, desde que compatível com as normas e princípios daquele, na forma desta Instrução.

a) Não se aplicam aos agravos de instrumento opostos antes de 18 de dezembro de 1998, data da publicação da Lei nº 9.756, as disposições desse diploma legal, salvo aquelas relativas ao cancelamento da possibilidade de concessão de efeito suspensivo à revista.

II - Limitado o seu cabimento, no processo do trabalho, aos despachos que denegarem a interposição de recurso (art. 897, alínea **b**, da CLT), o agravo de instrumento será dirigido à autoridade judiciária prolatora do despacho agravado, no prazo de oito dias de sua intimação, e processado em autos apartados.

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

III - O agravo não será conhecido se o instrumento não contiver as peças necessárias para o julgamento do recurso denegado, incluindo a cópia do respectivo arrazoado e da comprovação de satisfação de todos os pressupostos extrínsecos do recurso principal.

IV - O agravo de instrumento, protocolizado e autuado, será concluso ao juiz prolator do despacho agravado, para reforma ou confirmação da decisão impugnada, observada a competência estabelecida nos arts. 659, inciso VI, e 682, inciso IX, da CLT.

V - Será certificada nos autos principais a interposição do agravo de instrumento e a decisão que determina o seu processamento ou a decisão que



Fonte: Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 77, n. 85, 7 maio 2003. Seção 1, p. 351-352. Republicação.

Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 18, 9 maio 2003, p. 1-2. Republicação.

Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 77, n. 88, 12 maio 2003. Seção 1, Segunda parte, p. 460. Republicação.

Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 77, n. 93, 19 maio 2003. Seção 1, p. 411. Republicação.

reconsidera o despacho agravado.

VI - Mantida a decisão agravada, será intimado o agravado a apresentar contra-razões relativas ao agravo e, simultaneamente, ao recurso principal, juntando as peças que entender necessárias para o julgamento de ambos, encaminhando-se, após, os autos do agravo ao Juízo competente.

VII - Provido o agravo, o órgão julgador deliberará quanto ao julgamento do recurso destrancado, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo a tal recurso, com designação de relator e de revisor, se for o caso.

VIII - Da certidão de julgamento do agravo provido constará o resultado da deliberação relativa à apreciação do recurso destrancado.

IX - As peças trasladadas conterão informações que identifiquem o processo do qual foram extraídas, autenticadas uma a uma, no anverso ou verso. Tais peças poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Não será válida a cópia de despacho ou decisão que não contenha a assinatura do juiz prolator, nem as certidões subscritas por serventuário sem as informações acima exigidas. **(NR)**

X - Cumpre às partes providenciar a correta formação do instrumento, não comportando a omissão em conversão em diligência para suprir a ausência de peças, ainda que essenciais.

XI - O agravo de instrumento não requer preparo.

XII - A tramitação e o julgamento de agravo de instrumento no Juízo competente obedecerão à disciplina legal e ao constante dos respectivos Regimentos Internos.

XIII - O agravo de instrumento de despacho denegatório de recurso extraordinário obedecerá à disciplina especial, na forma de Resolução da Suprema Corte.

XIV - Fica revogada a Instrução Normativa nº 06.

VALÉRIO AUGUSTO FREITAS DO CARMO
Diretor-Geral de Coordenação Judiciária

(*) Republicado em razão de erro material



Fonte: Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 77, n. 85, 7 maio 2003. Seção 1, p. 351-352. Republicação.

Boletim Interno [do] Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, DF, n. 18, 9 maio 2003, p. 1-2. Republicação.

Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 77, n. 88, 12 maio 2003. Seção 1, Segunda parte, p. 460. Republicação.

Diário da Justiça [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 77, n. 93, 19 maio 2003. Seção 1, p. 411. Republicação.